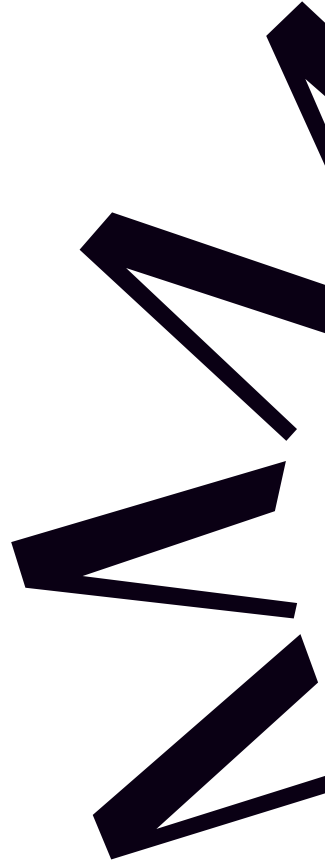


Os resultados de políticas liberais, na prática: o case de Minas Gerais

Izak Carlos da Silva

economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG)



I. Introdução

A literatura econômica e as evidências empíricas sugerem que a redução da intervenção estatal na economia e a promoção da livre iniciativa são os mecanismos mais eficientes na promoção da prosperidade econômica e social.

Desde Adam Smith, a teoria econômica clássica postula ideias liberais, afirmando que a economia é autorregulável, guiada por uma “mão invisível” que coordena as ações individuais, maximizando a utilidade e conduzindo ao bem-estar coletivo. A livre competição entre empresas, a busca pelo lucro e a liberdade de escolha dos consumidores são os principais motores dessa dinâmica.

Nesse contexto, o Estado tem um papel fundamental, atuando como promotor e guardião da liberdade econômica como direito fundamental. O Estado liberal deve assegurar a livre iniciativa, a propriedade privada e a livre concorrência, proporcionando um ambiente saudável para que os indivíduos e as empresas tomem as decisões econômicas de investimento, de produção e de consumo, estimulando a eficiência, a inovação e o bem-estar social.

De acordo com os princípios liberais, o Estado deve I) adotar políticas fiscais responsáveis, garantindo a estabilidade econômica; II) reduzir a burocracia, estimulando a redução de custos, incentivando a criação de novos produtos e serviços, facilitando o processo de inovação e ampliando a competição entre as empresas; III) transferir as empresas estatais para o setor privado, aumentando a eficiência, a competitividade e a qualidade dos serviços prestados à população; IV) reduzir as barreiras tarifárias e não tarifárias, estimulando o comércio, aumentando a oferta de produtos e serviços, reduzindo os preços e beneficiando os produtores e consumidores, e; V) prover o acesso à infraestrutura e a bens-públicos de qualidade, como saúde e educação, estimulando o investimento privado e as condições de crescimento econômico a longo prazo.

II. Liberdade e Efeitos Econômicos: o caso recente de Minas Gerais

Para avaliar os efeitos das medidas liberais sobre a economia é preciso, primeiro, que as ações sejam intencionais, pensadas para garantir e ampliar a liberdade individual e, segundo, que as medidas tenham tempo de maturação e implementação, possibilitando avaliar os resultados das medidas adotadas.

No Brasil, Minas Gerais é a unidade da federação com o maior e mais longo programa de liberdade econômica. Desenhado para tornar o estado mais propício para o empreendedorismo, o Programa Estadual de Desburocratização – Minas Livre para Crescer foi lançado em 2019 e tem como objetivo auxiliar os municípios na instituição da liberdade econômica, identificando medidas e normas que possam ser modificadas para melhorar o ambiente de negócios.

A existência de um programa estadual de desburocratização, bem como a amplitude longitudinal e a extensão do programa – que já conta com a adesão de mais de 433 municípios, compreendendo mais de 54% da população residente no estado, tornam o estado de Minas Gerais um candidato a estudo de caso dos efeitos macroeconômicos da maior liberdade econômica. Adicionalmente, a gravidade do cenário fiscal enfrentado por Minas Gerais na última década, torna ainda mais oportuna a escolha dessa unidade da federação como região de interesse.

A partir de 2015, uma grave crise – econômica e fiscal – atingiu o Estado brasileiro e as unidades da federação. Em maior ou em menor grau, todas as unidades federativas enfrentaram escassez de recursos para investimentos, apresentaram regimes previdenciários deficitários e dificuldades com o pagamento de dívidas.

No caso de Minas Gerais, a expressiva desaceleração do crescimento das receitas no quadriênio 2015-2018 contrasta com o crescimento

das despesas acima da inflação. A desaceleração do crescimento econômico concatenado com o crescimento das despesas resultou em grave crise fiscal, com atraso e parcelamento do pagamento dos servidores e dos fornecedores, paralisação no repasse de recursos aos municípios, ampliação do déficit previdenciário e restrição de oferta de serviços públicos.

Diante desse contexto, e assumindo a responsabilidade em definir prioridades, desde 2019, o estado de Minas Gerais tem adotado políticas públicas alinhadas às ideias liberais. Com foco nos resultados, as medidas adotadas em Minas Gerais entendem que é o indivíduo quem gera a riqueza, cabendo ao Estado: I) a função de regulação da economia e promoção da justiça social; II) o estímulo à concorrência, garantia e proteção da propriedade e do patrimônio; III) alcançar o equilíbrio fiscal, com base na redução e no controle de despesas, bem como no aperfeiçoamento da tributação; IV) descentralizar as decisões e desburocratizar os processos; V) avaliar a eficiência e a efetividade das ações; VI) integrar as áreas e os órgãos, promovendo o acesso à informação e à transparência, e; VI) incentivar e promover a meritocracia, com igualdade de oportunidades e justiça social.

Apesar do grave cenário fiscal encontrado, as medidas adotadas parecem surtir efeito. Desde 2019, o estado conseguiu regularizar o pagamento de salários aos servidores e os recursos para os municípios, retomar as obras em unidades básicas de saúde e hospitais, reformar mais de 1.700 escolas, iniciar novas obras de infraestrutura, atrair mais de R\$ 300 bilhões em investimento e gerar mais de 650 mil empregos.

Individualmente, pode-se citar a eliminação de mais de 102 obrigações acessórias e atualização do regulamento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), reduzindo a burocracia, ampliando a transparência e reforçando a segurança jurídica tributária no Estado; simplificação de 194 serviços com o fim da cobrança da autenticação

de documentos; ampliação das Unidades de Atendimento Integrado; avanço nos índices de transformação digital (de 48,0% para 78,6%); revogação de mais de 700 normas, com a criação do programa “Minas Livre para Crescer” e com o “Decreto Estadual de Liberdade Econômica”; criação do maior portfólio de concessões do país, com mais de R\$ 20 bilhões em investimentos por meio de Parceria Público Privadas (PPP); construção de 39 unidades básicas de saúde e reforma de outras 99; criação do Programa Trilhas do Futuro, programa gratuito de formação profissional; e implementação do Programa Reviva Turismo, permitindo a descentralização dos recursos.

III. Minas Gerais x Brasil: alguns resultados

Desde 2019, o governo de Minas Gerais tem implementado diversas medidas de caráter liberal, focadas em promover a economia de mercado, a liberdade individual e políticas públicas mais eficientes. Conforme sugere a literatura econômica, espera-se que tais medidas tenham possibilitado maior crescimento econômico, com geração de empregos, maior atração de investimentos e equacionamento do déficit público, possibilitando um ciclo virtuoso na economia do estado.

Isto é, à luz das políticas adotadas no estado e no país, é possível observar a melhora dos indicadores econômicos e sociais? As medidas de liberdade econômica têm surtido efeito no estado? Se sim, em qual intensidade?

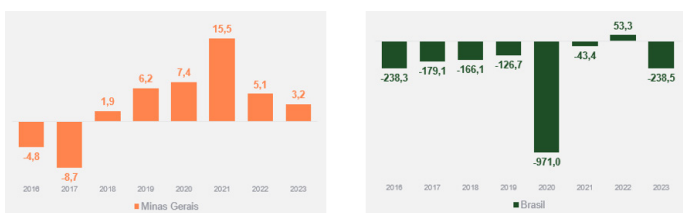
Nesse sentido, pode-se avaliar a conjuntura econômica de Minas Gerais e o comportamento de variáveis econômicas relevantes, em perspectiva comparada à economia do Brasil no período recente. As variáveis macroeconômicas estão subdivididas em cinco grupos de interesse: I) Gestão Fiscal e Contas Públicas; II) Saúde e Educação; III) Infraestrutura; IV) Atividade Econômica, e; V) Mercado de Trabalho e Renda.

D) Gestão Fiscal e Contas Públicas;

Apesar do cenário desafiador das contas públicas de Minas Gerais desde meados da década passada, o esforço para recuperação do orçamento público do estado tem mostrado resultados evidentes. Desde 2019, Minas tem apresentado sucessivos superávits primários, comprovando o esforço de equacionar os gastos correntes com as receitas de cada período.

| Figura 1 | Resultado Primário Real (Gastos em relação às receitas correntes, em R\$ bi de 2024)

Fonte: Tesouro Nacional, Secretaria de Estado da Fazenda - MG. Elaboração própria.

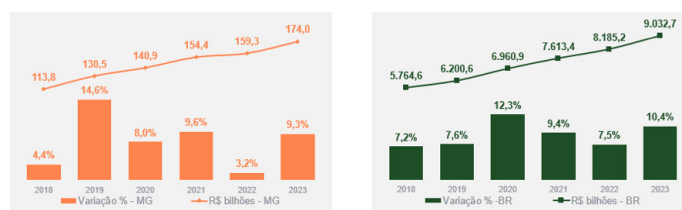


A realidade do estado, no entanto, contrapõe-se ao observado no país. O Brasil tem experimentado sucessivos déficits fiscais, o que se traduz em um custo elevado de dívida para financiar o setor público, diminuindo a capacidade de investimento do setor público e impossibilitando o crescimento sustentável da economia brasileira no médio prazo.

O esforço fiscal de controle das contas públicas se reflete no estoque da dívida líquida consolidada do estado, que cresce em ritmo menor que o do país. Apenas em 2019, com o início do ajuste das contas públicas e com a regularização dos pagamentos em atraso, a dívida líquida consolidada do estado cresceu em ritmo superior ao do país.

| Figura 2 | Dívida Líquida Consolidada (Dívida contratual, precatórios, mobiliária e outras, em R\$ bilhões nominais e variação % ante o ano anterior)

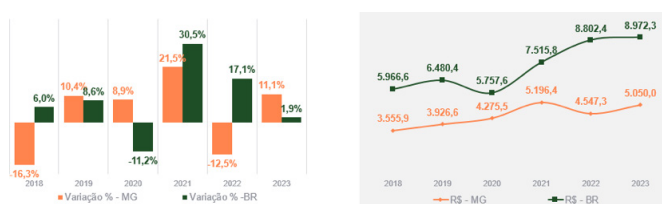
Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, Controladoria Geral da União, Tesouro Transparente. Elaboração própria.



A redução da dívida líquida reflete, primordialmente, a redução das despesas. De 2018 a 2023, a despesa primária per capita do estado foi inferior à do país, enquanto a taxa de crescimento da despesa primária per capita foi, em média, inferior à taxa de crescimento da despesa primária per capita do Brasil. Esses resultados indicam que, a despeito do cenário adverso provocado pela pandemia, houve esforço do governo estadual para conter o crescimento dos gastos.

| Figura 3 | Despesa Primária Per Capita (variação % anual e em milhões de R\$ nominais)

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda e Ministério da Fazenda. Elaboração própria.



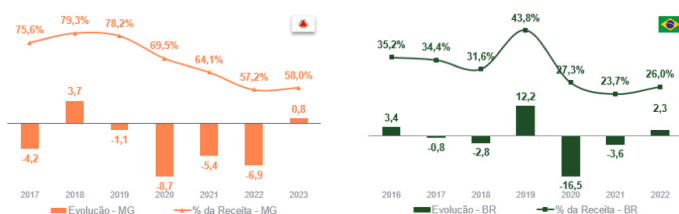
No mesmo sentido, observa-se esforço do estado na redução do gasto com pessoal. Desde 2019, o estado de Minas Gerais tem diminuído o peso dos gastos com pessoal de sua folha de pagamento e como proporção da receita corrente líquida. Essa medida, além de cumprir o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, abre espaço no orçamento para a execução de outras despesas, que são função de Estado, e colabora com a redução da dívida pública.

Novamente, o resultado do país é antagônico ao

observado na esfera estadual. No Brasil, os gastos com pessoal aumentaram 2,3 pontos percentuais em 2023 e expressivos 12,2 pontos percentuais em 2019, comprometendo a situação fiscal da União.

| Figura 4 | Gastos com Pessoal (despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida e diferença do gasto, ano a ano, em pontos percentuais)

Fonte: Tesouro Transparente, Sincofi, Ministério da Fazenda. Elaboração própria.



Nesse contexto, nota-se que o ajuste fiscal realizado no estado foi baseado na redução de despesas, mantendo constantes as receitas e sem a criação de novos tributos. O ajuste pelo lado das despesas possibilitou a retomada dos superávits primários necessários para estabilizar a dívida do estado como proporção do PIB, criando um ambiente favorável para a retomada dos investimentos privados e para o aumento da eficiência dos gastos no provimento de bens públicos.

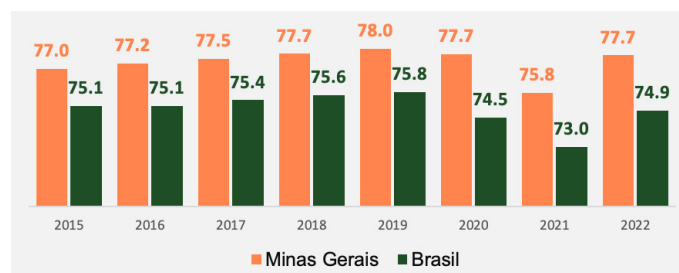
II) Saúde e Educação

A melhora nas condições fiscais do estado permitiu a regularização dos repasses aos municípios e a retomada dos investimentos em saúde e educação, que começam a mostrar resultados.

Mesmo com o impacto da pandemia, Minas Gerais mantém uma melhora geral nos indicadores de saúde. A expectativa de vida ao nascer, que historicamente é superior em Minas Gerais, retornou ao patamar pré-pandemia, diferentemente do observado no país, reflexo da melhoria nas condições de vida e de acesso à saúde da população mineira.

| Figura 5 | Expectativa de vida ao nascer – Minas Gerais e Brasil (Percentual de trabalhadores formais em relação ao total de trabalhadores)

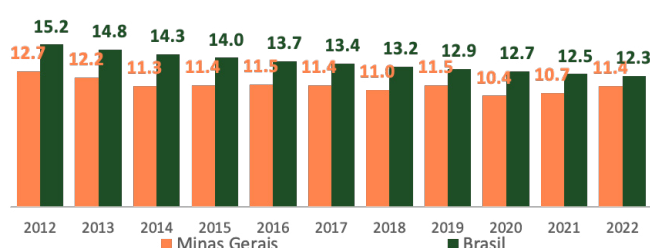
Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração própria.



Na mesma direção dos indicadores de longevidade, as taxas de mortalidade infantil e materna permanecem inferiores às do Brasil. Apesar do impacto da covid-19, a taxa de mortalidade infantil mantém-se abaixo da média nacional e em patamar inferior ao da pandemia. No mesmo sentido, a mortalidade materna cai continuamente desde o fim da pandemia.

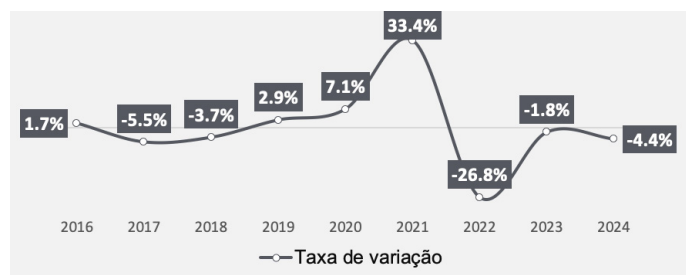
| Figura 6 | Expectativa de vida ao nascer – Minas Gerais e Brasil (Percentual de trabalhadores formais em relação ao total de trabalhadores)

Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração própria.



| Figura 7 | Mortalidade Materna – Minas Gerais (variação do número absoluto de óbitos registrados no estado)*

Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração própria.



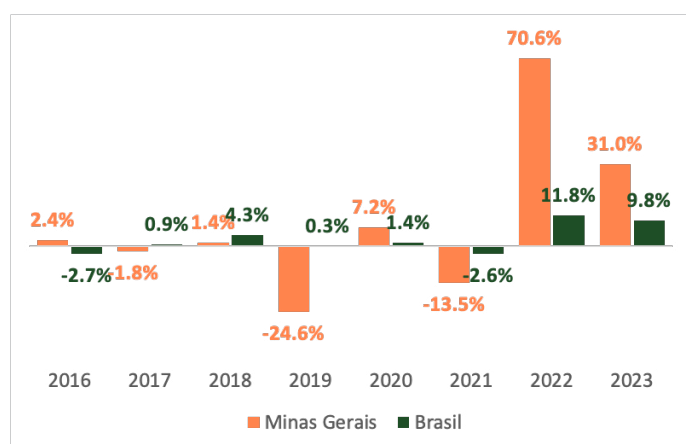
*A comparação 2024/2023 compreende o período de janeiro a setembro de cada ano. Dados nacionais de mortalidade materna não são comparáveis aos estaduais sem tratamento estatístico robusto, devido a critérios como número de mulheres na população, número de partos e nascidos, taxa de fecundidade e tamanho da população geral. Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Após um período de restrição a investimentos, a política educacional do estado começa a dar resultados.

Nos anos de 2022 e 2023, puxado pelo “Trilhas do Futuro”, o maior programa estadual de acesso a cursos profissionalizantes do Brasil, Minas Gerais aumentou consideravelmente as matrículas em ensino técnico, com resultado bem superior ao do país.

| Figura 8 | Evolução nas matrículas no ensino técnico (Variação % do número de alunos matriculados na modalidade)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Ministério da Educação. Elaboração própria.

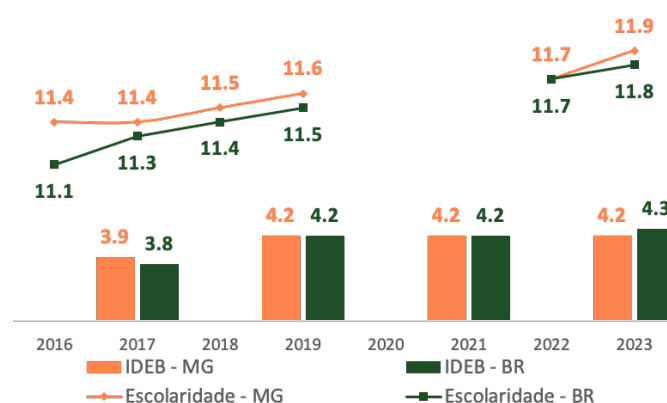


Em relação ao ensino em geral, a escolaridade média da população mineira se manteve acima da média nacional. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mede a qualidade do ensino nas escolas públicas, avançou mais no estado do que no país, mantendo-se acima da média nacional mesmo diante das adversidades durante a pandemia.

| Figura 9 | Escolaridade média e nota do IDEB (Média de anos de estudo por aluno e nota final do IDEB do Ensino Médio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Ministério da Educação.

Dados do IDEB são divulgados apenas nos anos ímpares. Elaboração própria.



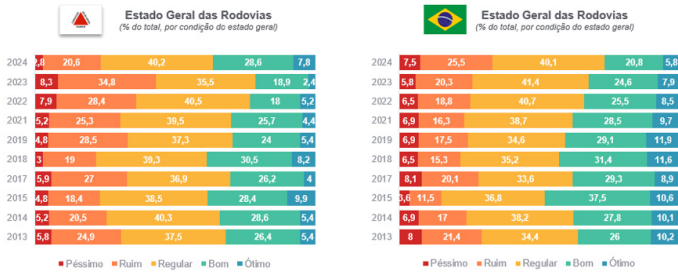
III) Infraestrutura

A melhora do quadro fiscal, com redução das despesas e aumento do superávit primário, permite que o estado retome os investimentos na construção e manutenção da infraestrutura, dinamizando a atividade econômica.

Enquanto o percentual de rodovias com estado geral considerado bom ou ótimo cai há seis anos no Brasil — evidenciando uma piora na infraestrutura rodoviária no país —, em Minas Gerais o percentual de estradas com estado bom ou ótimo chegou a 36,4% do total, o maior patamar desde o ano de 2018. Além disso, o percentual de rodovias em estado péssimo no estado é o menor da série histórica.

| Figura 10 | Estado Geral das Rodovias (% do total, por condição do estado geral)

Fonte: Confederação Nacional dos Transportes. Pesquisas CNT Rodovias, anos de 2012 a 2024. Os dados consolidados dos anos de 2016 e 2020 não estão disponíveis. Elaboração própria.

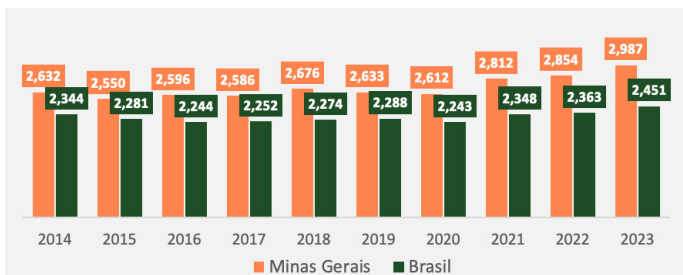


O consumo per capita de energia elétrica é uma proxy importante para sinalizar crescimento econômico, desenvolvimento econômico e urbanização. Em Minas Gerais, o consumo per capita de energia elétrica é maior do que no Brasil.

Nos últimos quatro anos, o estado conseguiu não só manter patamar superior à média nacional, como cresceu o consumo em maior magnitude, evidenciando a melhora na infraestrutura e indicando o maior ritmo de crescimento regional do que o nacional.

| Figura 11 | Consumo Per Capita de Energia Elétrica (Kwh/habitante, consumo médio anual)

Fonte: Anuário Estatístico de Energia Elétrica, Empresa de Pesquisa Energética, MME. Elaboração própria.



Ao mesmo tempo, o percentual de perda de energia na distribuição, que mede a ineficiência técnica da infraestrutura energética e os desvios da rede — que aumentam os custos do sistema — é menor no estado do que no país e estão cadentes desde 2020.

A melhora na infraestrutura física do estado, vis-à-vis ao observado no país, reflete a melhora nas

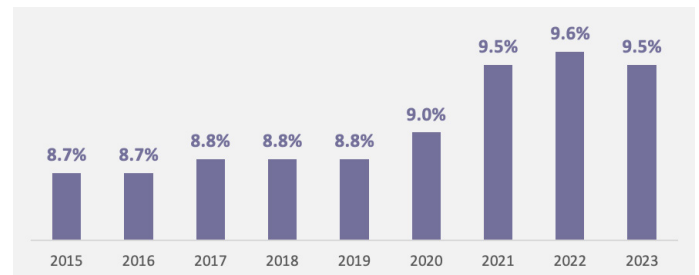
condições das finanças públicas, possibilitando a retomada no nível de investimentos, o que também impacta positivamente a atividade econômica do estado.

IV) Atividade Econômica

Com o acirramento da crise fiscal que assolou Minas Gerais, a participação do estado na economia nacional diminuiu na década passada, em termos relativos. Desde 2019, porém, houve um esforço de retomada do peso da economia mineira na atividade nacional.

| Figura 12 | Participação no PIB Nacional (em %)

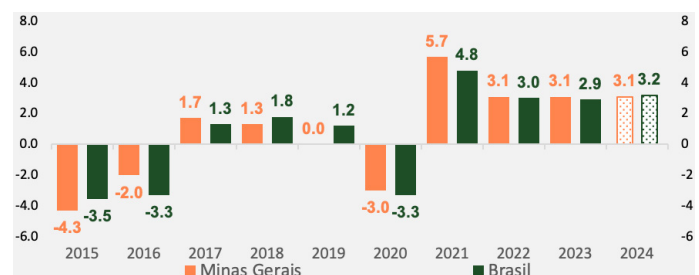
Fonte: Fundação João Pinheiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.



O saneamento das contas públicas, a melhora nas condições de saúde e educação e a retomada das obras de infraestrutura têm contribuído para a ativação de um ciclo virtuoso na atividade econômica do estado. A recuperação do desempenho econômico culminou com o PIB estadual de R\$ 1 trilhão, pela primeira vez na história, em 2023.

| Figura 13 | PIB – Minas Gerais e Brasil (Variação % acumulada no ano e projeção para 2024)

Fonte: Fundação João Pinheiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

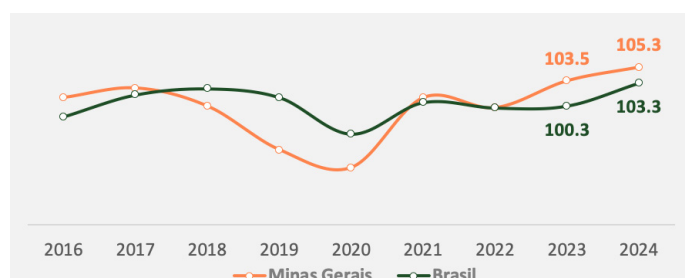


Os números reforçam a trajetória da economia mineira que, desde a pandemia de Covid-19 cresce em ritmo superior à média nacional. Em 2024, mais uma vez, a previsão é de crescimento robusto em Minas Gerais.

Além de aumentar sua participação no PIB Nacional, Minas Gerais tem apresentado, desde 2019, uma recuperação mais forte da atividade. Nos anos de 2023 e 2024, a Indústria do estado cresceu consecutivamente e está agora em patamar 5% superior ao do ano de 2022, imediatamente após a pandemia. O Brasil, por sua vez, está em patamar 3% acima.

| Figura 14 | Nível de Produção Industrial (média do índice no ano, 100 = 2022)

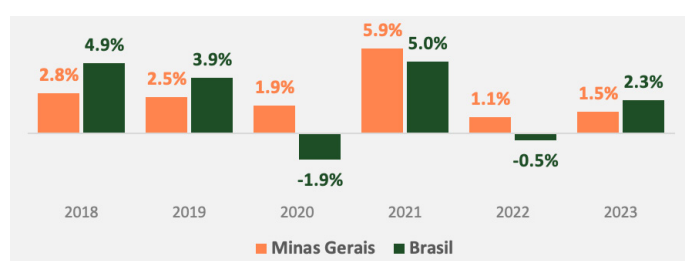
Fonte: Pesquisa Industrial Mensal – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.



A dinâmica interna da atividade econômica mineira, favorecida pela recuperação da renda e do emprego após a pandemia de Covid-19, emprestou vigor às atividades de Comércio e Serviços no estado. Além de crescer continuamente desde 2018 – o que não aconteceu no Brasil – o volume de vendas do comércio varejista mineiro cresceu acima da média nacional em quatro dos últimos seis anos.

| Figura 15 | Vendas no Comércio Varejista (Variação % ante o ano anterior)

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.

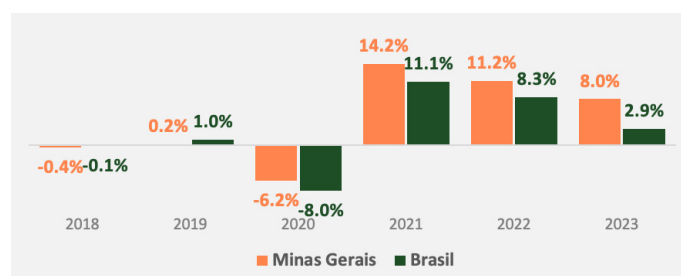


O volume de Serviços no estado, por sua vez, caiu menos que no Brasil durante a pandemia e, desde então, cresce em intensidade superior. Mesmo quando a dinâmica macroeconômica interna estava desaquecida, nos anos de 2018 e 2019, a desaceleração do crescimento não ocorreu em magnitude significativa em Minas Gerais.

Desde a recomposição da pandemia, os índices de atividade de comércio e serviços têm apresentado sucessivos recordes no estado, indicando a robustez da atividade econômica recente.

| Figura 16 | Volume de Serviços Prestados (Variação % ante o ano anterior)

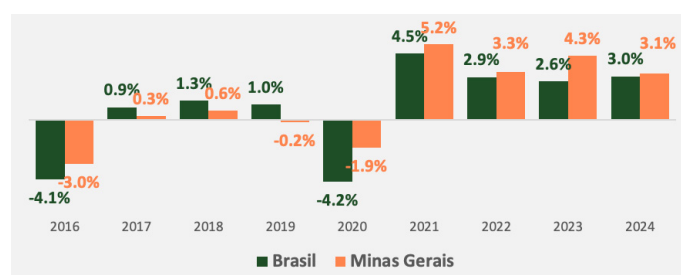
Fonte: Pesquisa Mensal do Serviços – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração própria.



Este crescimento é sustentado em uma atividade mais dinâmica da economia mineira: há quatro anos, os índices de atividade medidos pelo Banco Central indicam que o estado performa em um ritmo melhor que o país, inclusive na pandemia de Covid-19, quando a atividade regional caiu em intensidade menor do que a nacional.

| Figura 17 | Índice de Atividade Econômica (Variação % da média do IBC-BR e do IBCR-MG, ante o ano anterior)

Fonte: Índice Brasil de Atividade Econômica e Índice de Atividade Econômica Regional, Banco Central. Elaboração própria.



O crescimento da atividade é homogêneo entre os segmentos, com bom desempenho da agropecuária, da indústria, do comércio e dos serviços.

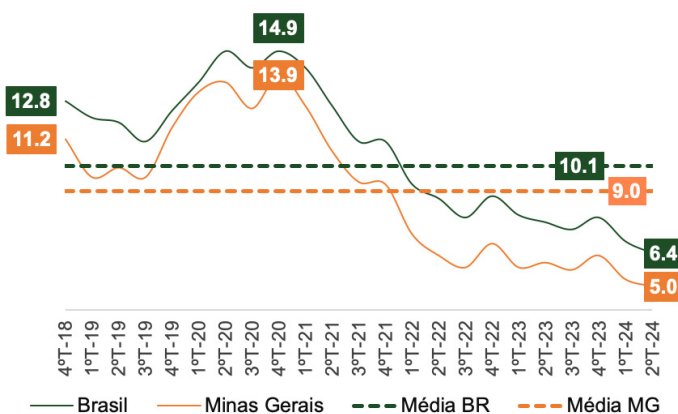
V) Mercado de Trabalho e Renda

O avanço nas condições de educação e saúde, bem como a normalização dos repasses a municípios e a retomada das obrigações do setor público também contribuem positivamente com a atividade econômica e, conseqüentemente, com o mercado de trabalho.

Em Minas Gerais, o mercado de trabalho aquecido não é um retrato apenas de momento. Mantendo trajetória de recuperação desde a pandemia de 2019, a taxa de desemprego alcançou a mínima histórica no terceiro trimestre de 2024, e em patamar inferior ao Brasil durante todo o período.

| Figura 18 | Taxa de Desemprego – Minas Gerais e Brasil (Taxa trimestral e média dos últimos 12 anos)

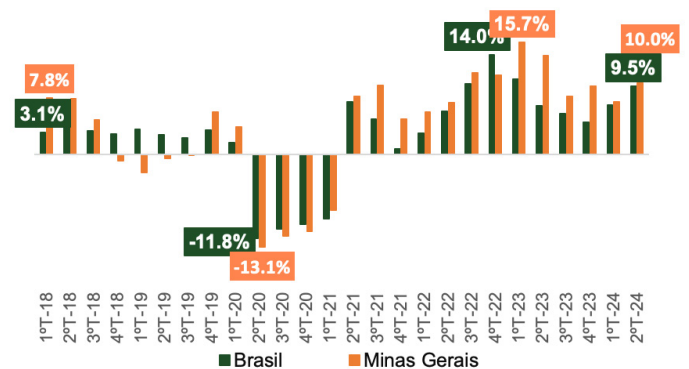
Fonte: IBGE. Elaboração própria.



Os bons números do emprego se refletem na massa de rendimento das famílias. A partir de 2021, o estado apresentou crescimentos na massa de rendimento acima da média nacional continuamente, revertendo o padrão histórico.

| Figura 19 | Massa de Rendimento das Famílias – Brasil e Minas Gerais (Variação acumulada em 12 meses, por trimestre)

Fonte: IBGE. Elaboração própria.



A atividade robusta, por fim, tem impactado significativamente a criação de postos formais de trabalho e o crescimento de renda das famílias, contribuindo com a última milha do crescimento econômico.

IV. Conclusão

A literatura econômica e as evidências empíricas sugerem que a redução da intervenção estatal na economia e a promoção da livre iniciativa são os mecanismos mais eficientes na promoção da prosperidade econômica e social. Nesse contexto, o Estado tem um papel fundamental, atuando como promotor e guardião da liberdade econômica como direito fundamental.

Desde 2019, o estado de Minas Gerais tem adotado políticas públicas alinhadas às ideias liberais. Com foco nos resultados, as medidas adotadas em Minas Gerais entendem que é o indivíduo quem gera a riqueza, cabendo ao Estado assegurar a livre iniciativa, a propriedade privada e a livre concorrência, promover a economia de mercado e políticas públicas mais eficientes.

Diante deste contexto, o objetivo do presente trabalho foi avaliar o desempenho dos indicadores econômicos e sociais de Minas Gerais em perspectiva comparada aos indicadores do Brasil. Especificamente, procura-se responder as

seguintes perguntas: à luz das políticas adotadas no estado e no país é possível observar a melhora dos indicadores econômicos e sociais? As medidas de liberdade econômica têm surtido efeito no estado? Se sim, em qual intensidade?

Para isso, os indicadores econômicos e sociais foram subdivididos em cinco áreas de interesse, como: I) Gestão Fiscal e Contas Públicas; II) Saúde e Educação; III) Infraestrutura; IV) Atividade Econômica, e; V) Mercado de Trabalho e Renda.

Os resultados indicam que o estado de Minas Gerais equacionou as contas públicas via redução das despesas, reduzindo os gastos e mantendo as receitas como proporção da população. O equacionamento entre receitas e despesas, sem criação de novos tributos, possibilitou a obtenção de superávits primários recorrentes, estabilizando a dívida como proporção do PIB.

Com as contas públicas em ordem, foi possível retomar os gastos em educação e saúde, ampliando os indicadores de acesso e qualidade. Concomitantemente, também foi possível retomar as obras e a manutenção da infraestrutura, o que também melhorou os indicadores de infraestrutura e na atração de investimentos.

Nesse contexto, a melhora das condições de vida da população, a atração de investimentos e a retomada das obras de infraestrutura – proporcionados pela melhoria das contas públicas – possibilitaram um ciclo virtuoso no estado, com crescimento da atividade econômica em todos os segmentos, o aumento da participação do estado no PIB do país, e a geração de emprego e renda, refletindo diretamente na vida dos mineiros. Em síntese, as medidas liberais adotadas começam a dar seus frutos, sustentando a melhoria do ambiente de negócios, o crescimento da atividade econômica e da renda.

V. Referências:

GWARTNEY, James D.; LAWSON, Robert A.; HALL, James. Economic Freedom of the World: 2023 Annual Report. Fraser Institute.

HALL, Robert E.; JONES, Charles I. Why Do Some Countries Produce So Much More Output Per Worker Than Others? Quarterly Journal of Economics, 1999.

HAYEK, Friedrich August Von. O Caminho da Servidão. Trad. José Ítallo Stelle; Ana Maria Capovilla. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

MINAS GERAIS. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2019-2030. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/system/files/media/planejamento_documento_detalhado/2022/planejamento-e-orcamento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado-pmdi/pmdi_2019-2030_virtual2.pdf>. Consulta em 27/11/2024.

ROBINSON, James A.; ACEMOGLU, Daron. Why nations fail: The origins of power, prosperity and poverty. London: Profile, 2012.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Trad. Luiz João Baraúna. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.